

GDF busca alternativa contra o desemprego

João Júnior

Preocupada com o crescimento do desemprego em Brasília, a Secretaria de Administração e Trabalho prepara uma verdadeira operação de guerra. A prioridade do secretário Renato Riella é incentivar o crescimento das atividades informais e criar a base de uma política nacional de geração de emprego e renda. Dos dias 18 e 20 deste mês, um seminário com a participação de especialistas de todo o mundo reavaliará programas como o Pró-Micro e o Balcão de Ferramentas. A Secretaria também está promovendo os Seminários Regionais de Emprego, com o objetivo de detectar e apoiar atividades artesanais nas cidades-satélites.

Pelos números da última Pesquisa de Emprego e Desemprego da Codeplan, Brasília tem atualmente 121 mil desempregados, e uma força de trabalho composta por 753 mil e 300 pessoas. Os

dados são relativos ao mês de setembro, quando mais mil e 700 trabalhadores perderam suas ocupações. O problema acontece com maior intensidade na região composta pelas satélites de Brazlândia, Ceilândia, Samambaia e Paranoá.

O Seminário de Geração de Emprego e Renda, que acontecerá no auditório do Palácio do Buriti, marcará a tentativa da Secretaria de Administração e Trabalho de propor diretrizes nacionais para o combate ao desemprego, o que já vem sendo feito no âmbito do Fórum Nacional dos Secretários do Trabalho (Fonset), coordenado pelo secretário Riella. O seminário terá a presença de órgãos governamentais e não-governamentais.

Serão abordados temas como políticas governamentais e não-governamentais, e aspectos políticos e econômicos do setor informal. "Queremos discutir instrumentos que podem ser adotados no Brasil para a criação de

linhas de crédito subsidiadas, formação profissional, ampliação de mercado e cessão de espaço físico para as atividades informais", resume o secretário Riella.

Programas — O Balcão de Ferramentas da Caixa Econômica Federal será reavaliado, levando-se em conta reivindicações dos trabalhadores. O programa tem o objetivo de financiar a compra de instrumentos de trabalho para pequenos empresários, mas atualmente o empréstimo é cobrado com base na TR integral e mais juros de seis por cento ao ano, e um prazo de carência de apenas 30 dias.

A intenção é ampliar este período para, no mínimo, dois meses, e o artesão tenha tempo de se estabelecer, gerando emprego e rendas, antes de desembolsar o dinheiro dos equipamentos necessários à implantação do seu negócio.

Políticas — De acordo com Dulce Tannuri, coordenadora de Ocupação e Renda da Secretaria de Trabalho, o seminário deverá contribuir para a definição de novas políticas de geração de emprego, com ênfase no apoio financeiro e gerenciamento técnico para a organização das indústrias de fundo de quintal. Técnicos de todos os estados brasileiros, ao lado de especialistas da Itália e Espanha, deverão apresentar diretrizes a serem adotadas pelo governo.

Outro aspecto será a necessidade de contratação de mão-de-obra pelo setor público. Dulce Tannuri lembra que a Secretaria de Trabalho já tem um programa de treinamento gerencial para pequenos empresários, o Pró-Micro Unidades Produtivas. Através do Pró-Micro, várias empresas de estrutura familiar puderam se desenvolver, e hoje chegam a ter filiais nos maiores shopping-centers da cidade.

"Nós vamos até as casas, avaliamos o que já existe e o que pode ser feito, e damos o apoio técnico. As pessoas começam a trabalhar espontaneamente e o governo só precisa apoiá-las, o que é benéfico para toda a sociedade", afirma Dulce.

Produção local é estimulada

O combate ao desemprego chega também ao setor de compras do governo, que pretende padronizar os seus móveis e uniformes para adaptá-los às características de Brasília, dando mais chances às empresas locais nas licitações, sem, no entanto, deixar de atender às exigências legais para os processos de compra. A substituição gradativa dos móveis será determinada nos próximos dias pelo governador Joaquim Roriz, e a novidade já chegou às roupas dos servidores.

Segundo Salvandir Ferreira de Lima, presidente da Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Administração e Trabalho, a iniciativa trará uma grande economia para o governo, além de estimular a economia através da geração de empregos.

Já existem estudos técnicos para a padronização de oito tipos de móveis. Os protótipos são dese-

nados pelo Sebrae, com a utilização de matérias-primas típicas de Brasília. As mesas e carteiras escolares da Fundação Educacional, por exemplo, serão construídas em madeira, e não mais em ferro galvanizado, material que vinha facilitando vitórias de firmas do Rio de Janeiro e São Paulo nas licitações.

"A licitação é pública e podem participar todas as empresas cadastradas na secretaria; mas, se tivermos um planejamento do tipo de material a ser utilizado, os fornecedores de Brasília poderão se preparar melhor", explica Salvandir.

O Fundo de Desenvolvimento do Distrito Federal (Fundef) é outro programa de financiamento que será reestudado, com o objetivo de facilitar a compra de equipamentos e matérias-primas para pequenos produtores.